



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

1 **Ata da 42ª Reunião Ordinária do CBH-SJD (02/12/2013):** Aos 02 (dois) dias do mês de
2 dezembro do ano de 2013, às 14h:30min., o Secretário Executivo do CBH - SJD, engº Eli
3 Carvalho Rosa, Diretor do DAEE de Jales, deu início à 42ª Reunião Ordinária do Comitê da
4 Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados, no auditório da Associação NIPO
5 Jalesense, situado na Rua Quatorze, nº. 2427 – Jales/SP e convidou para compor a mesa o
6 Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD e o engº José Roberto Bóis - Coordenador da
7 Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA). Em seguida, o Secretário Executivo
8 passou a palavra ao Presidente do CBH-SJD, este, após agradecer a presença dos membros
9 presentes declarou aberta a 42ª Reunião Ordinária do CBH-SJD. Na seqüência, o engº Eli
10 Carvalho Rosa, Secretário Executivo, fez os informes da Diretoria para os presentes: -
11 **Informe I:** O ano de 2014 terá demanda induzida e como tarefa do CRH (Conselho Estadual
12 de Recursos Hídricos), haverá investimento em monitoramento, pois há apenas um ponto de
13 monitoramento no rio São José dos Dourados e há a necessidade de se colocar mais dois
14 pontos, um à montante e outro à jusante do ponto existente, e isto então será uma demanda
15 induzida. - **Informe II :** A atualização do Plano de Bacia do CBH-SJD, que é a meta do CRH
16 para todos os comitês, encontra-se no Banco do Brasil para elaboração do contrato. No ano
17 de 2013 foi reservado investimento no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), e após
18 muita dificuldade conseguiu-se um tomador para a atualização desse plano. O tomador que
19 aceitou essa responsabilidade foi a Associação dos Engenheiros da Região de Jales/SP e
20 senão houver prorrogação, deverá ser elaborado até o final de 2014. - **Informe III:** O
21 enquadramento dos corpos d'água é uma das metas do Plano de Bacia e logo após o
22 monitoramento no Rio São José dos Dourados, para o ano 2014, teremos uma outra
23 demanda induzida que será para esse enquadramento. - **Informe IV:** O relatório de situação
24 com base em Indicadores dos Recursos Hídricos da bacia hidrográfica do Rio São José dos
25 Dourados (UGRHI – 18), ano base de 2012, foi elaborado com auxílio dos Engenheiros
26 Lucíola Guimarães Ribeiro e Ilson Thomazi, ambos do DAEE, e o mesmo está na
27 deliberação que será aprovada pelos presentes. Na seqüência, o Presidente do CBH-SJD
28 submeteu à Plenária a Ata da 41ª Reunião do CBH-SJD, propondo a dispensa da sua leitura
29 tendo em vista sua divulgação no site do comitê e no ato convocatório. Foi aprovada por
30 unanimidade pelos membros presentes. Em seguida o engº Eli Carvalho Rosa passou a
31 palavra para o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, para dar início as discussões
32 e aprovações das deliberações propostas no edital de convocação. Então, o Dr. Adaulto Luiz
33 Lopes, antes das deliberações, comentou que a Associação dos Engenheiros da Região de
34 Jales/SP será o tomador da atualização do Plano de Bacia e disse que o Sindicato Rural de
35 Santa Fé do Sul/SP deverá ser o tomador do Monitoramento do Rio São José dos Dourados.
36 Em seguida, o Presidente do CBH-SJD enfatizou que a proposta da reunião é a discussão das
37 deliberações propostas no edital de convocação e logo em seguida passou a palavra para o
38 engº Eli Carvalho Rosa - Secretário Executivo do CBH-SJD, que colocou em análise a
39 **Deliberação CBH-SJD Nº 134 de 02/12/2013** que aprova o cronograma de implantação da
40 cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São José dos Dourados
41 (UGRHI-18)/2014. O engº Eli Carvalho Rosa explicou que todo ano é necessário fazer a
42 atualização do cronograma da cobrança e que a mesma deverá ser feita pelo Grupo Técnico
43 da Cobrança (GTECA). O cronograma foi alterado, em algumas datas, para finalização do
44 estudo da fundamentação para o ano de 2014. A cobrança, a que se refere o cronograma,
45 será apenas na área urbana e industrial. A questão da cobrança na área rural será definida
46 posteriormente. Para melhor visualização o conteúdo será disponibilizado no site. Então o Dr.
47 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, complementou informando que outros Comitês
48 estão fixando para o ano de 2020 a cobrança pelo uso da água na área rural, mas ele acha
49 meio improvável diante da dificuldade em se recadastrar áreas rurais, mas salientando que
50 não é contra a agricultura e nem contra a cobrança mas que se implante primeiramente um
51 sistema coerente de cobrança. O engº Eli Carvalho Rosa, comentou que desconhece a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

52 informação sobre o ano de 2020 e que portanto deve-se considerar este assunto como um
53 cenário futuro. Em seguida o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD colocou o
54 assunto em discussão e o membro representante da Fiesp – Arq. Débora Riva Tavanti
55 Morelli, propõe um ajuste do cronograma alegando que , a fundamentação está com previsão
56 para Outubro 2014 enquanto o ato convocatório está com previsão de encerramento para
57 agosto, ou seja, o ato convocatório é posterior ao decreto do governador . Para adequar estes
58 prazos, Débora Riva Tavanti Morelli, propõe que o cronograma seja estendido pois, o ato
59 convocatório são os noventa (90) dias, posterior à assinatura do decreto, ele não sai logo com
60 a fundamentação. A previsão do ato convocatório deve ser posterior ao Decreto , não pode
61 estar coincidindo com a fundamentação do Comitê, ou seja, primeiro se aprova no Comitê,
62 depois se encaminha para o CRH, em seguida para a assinatura do Decreto e por último se
63 faz o ato convocatório. Em seguida, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD ,
64 coloca a emenda feita pela FIESP em discussão e em votação foi aprovada pelos membros
65 presentes. Logo após foi colocada em apreciação, pelo engº Eli Carvalho Rosa, Secretário
66 Executivo do CBH - SJD, a **Deliberação CBH-SJD nº 135 de 02/12/13** que Aprova o
67 Relatório de Situação com base em Indicadores dos Recursos Hídricos da Unidade de
68 Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI- 18) do CBH-SJD, ano de 2013.” O engº Eli
69 Carvalho Rosa, Secretário Executivo do CBH - SJD, comentou que o relatório de situação é
70 feito anualmente e tem como objetivo acompanhar as ações do Comitê durante esse período ,
71 se realmente aquelas metas que foram estabelecidas pelo Comitê, contidas no Plano de
72 Bacia, estão sendo executadas/elaboradas ou não, ou seja, é acompanhar as metas
73 estabelecidas no Plano de Bacia. Esse ano, o Relatório de Situação foi feito com a
74 colaboração dos Engenheiros Luciola Guimarães Ribeiro e Ilson Thomazi, do DAEE. Para
75 tal, tivemos uma reunião na qual o Biólogo e Gestor Ambiental, André Luiz Sanchez Navarro,
76 fez uma explanação muito boa a respeito do Relatório de Situação. Salientando que esse
77 relatório deveria ter sido feito pelo grupo que vai elaborar e acompanhar o Plano de Bacia ,
78 esta deveria ser sua tarefa. No entanto, durante a elaboração do Plano de Bacia, vai haver
79 várias reuniões em que todos vão acompanhar e a partir daí sim, passa esse mesmo grupo a
80 elaborar o Relatório de Situação anualmente. Em seguida foi colocada a deliberação, pelo Dr.
81 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, em discussão e em votação, foi aprovada pelos
82 membros presentes. Dando seqüência, Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD,
83 colocou em apreciação a **Deliberação CBH-SJD nº 136 de 02/12/13** que Aprova diretrizes e
84 critérios para hierarquização dos recursos do FEHIDRO destinados à área do CBH-SJD,
85 exercício 2014. O engº Eli Carvalho Rosa, Secretário Executivo do CBH - SJD, enfatizou que a
86 Câmara Técnica realizou seis reuniões para concluir o material que está nas mãos dos
87 participantes e esta é a hora certa de discutir. A seguir a palavra é passada para o engº José
88 Roberto Bóis - Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA), que
89 iniciou sua fala cumprimentando a todos e salientando que a deliberação apresentada é
90 resultado de decisões tomadas pela Câmara Técnica após sucessivas reuniões e que
91 surgiram algumas mudanças nos critérios que vinham sendo utilizados até o ano passado .
92 Basicamente houve a otimização dos critérios para melhor eficiência dos trabalhos. O engº
93 José Roberto Bóis também comentou que estão trabalhando para que a cada ano os critérios
94 para a análise e aprovação dos projetos sejam mais eficientes. Para este ano de 2014, uma
95 das principais mudanças é que os projetos técnicos não serão mais desclassificados. A
96 Câmara Técnica, através da secretaria executiva, vai comunicar o tomador e solicitar
97 complementações no projeto técnico, no entanto, terá uma pontuação menor do que aquele
98 projeto que não necessitou de complementações. Aquele projeto que não foi feito nenhuma
99 complementação terá 10 pontos e o que tiver complementação terá cinco pontos. Outra
100 alteração existente é a distribuição no montante do valor monetário. No Art. 8º desta
101 deliberação, fica estabelecido para o ano 2014, respeitando-se o valor definido pelo CRH, que
102 o montante de recursos disponíveis atenderá as demandas do CBH-SJD, conforme segue: I-



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

103 25% para atendimento das solicitações enquadradas como “Demanda Induzida”, para ações
104 prioritárias e de caráter estratégico de abrangência e/ou relevância regional, conforme previsto
105 no Plano de Bacia do CBH-SJD. II- 75% para atendimento das solicitações enquadradas nas
106 seguintes categorias: **a)** Programa: Gestão de Recursos Hídricos – 30% do valor destinado ao
107 CBH-SJD. **b)** Programa: Estudos e Projetos – 30% do valor destinado ao CBH-SJD. **c)**
108 Programa: Serviços e Obras – 30% do valor destinado ao CBH-SJD. **d)** Programa: Educação
109 Ambiental – 10% do valor destinado ao CBH-SJD. Já a documentação administrativa e
110 técnica, pertinente a cada empreendimento, praticamente não mudou, ou seja, continuam
111 sendo, um envelope da parte administrativa, outro da parte técnica e os dois lacrados em um
112 único envelope.

113 Outra mudança, nos critérios para análise e aprovação dos projetos, ocorrerá na contrapartida
114 da seguinte forma: o Tomador que apresentar uma contrapartida igual ou maior que 20% terá
115 10 pontos e aquele que apresentar menor que 5% terá 3 pontos. Essa pequena mudança
116 aconteceu para que tenhamos um critério mais justo com os Tomadores que se dispuserem a
117 apresentar uma contrapartida maior. O eng^o José Roberto Bóis - Coordenador da Câmara
118 Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA) concluiu dizendo que estas são as principais
119 mudanças ocorridas dentro da deliberação no sentido de sermos mais justos na análise dos
120 projetos dentro do Comitê. Na seqüência, o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD,
121 fez a proposta de que, para evitar faltas nas reuniões, se perca um ponto quando houver falta
122 injustificada, independente desta pontuação. Para os representantes do Estado que faltarem
123 às reuniões, a presidência do Comitê vai oficiar o superior dele para perguntar o motivo da
124 falta, isto para que nas próximas reuniões não ocorram discussões sobre assuntos de
125 reuniões passadas por pessoas que faltaram. Se cada entidade tem seu suplente, cabe ao
126 titular avisar que não pode ir para que seu suplente venha, isso é o mínimo a ser feito, essa é
127 a proposta. Na seqüência pede a palavra o Prof. Dr. Maurício, UNESP de Ilha Solteira, e
128 comenta que tem dúvidas sobre a legalidade desta proposta. O eng^o José Roberto Bóis -
129 Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA) responde que isso já
130 foi discutido dentro da Câmara Técnica, mas que se deve pensar também nas entidades que
131 não fazem parte do Comitê e que queiram desenvolver projetos, pois este critério seria inútil
132 neste caso, considerando que teoricamente elas não tem obrigação de participar destas
133 reuniões. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, respondeu que já há
134 jurisprudência firmada nesta questão, ou seja, um Tomador só pode apresentar projetos se for
135 membro do Comitê e para tal deve ser aprovado pela Assembléia e desta forma conhecerá as
136 regras pertinentes. O eng^o José Roberto Bóis diz não concordar porque já teve outros projetos
137 de outras entidades de fora do Comitê como ONGs por exemplo. Então o membro
138 representante da Fiesp – Arq. Débora Riva Tavanti Morelli, diz achar válida a colocação, que
139 é um assunto que demanda amadurecimento dos participantes e propõe que seja usado como
140 critério de desempate. Então o Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, faz uma
141 alteração em sua proposta inicial e propõe a perda de 0,5 ponto no projeto quando da falta em
142 reuniões pelo seu Tomador, pensando que um ponto pode fazer a diferença entre aprovação
143 ou não do projeto. Dando seqüência na discussão, o eng^o José Roberto Bóis - Coordenador
144 da Câmara Técnica de Planejamento e Avaliação (CTPLA), diz que meio ou um ponto não faz
145 diferença, em seu entender, solicitar recursos somente quem seja membro do Comitê é
146 errado, mas não tem como argumentar legalmente sobre isso. Em função disso propôs
147 amadurecer esta idéia nesse ano e a partir da próxima deliberação (2014 para 2015), terá
148 tempo para estar ajustando mais um item para tirar esta pontuação. O Dr. Adaulto Luiz Lopes,
149 Presidente do CBH-SJD, responde que já foram feitas seis reuniões da Câmara Técnica e não
150 chegaram a um acordo, que 2014 é ano eleitoral e que para conseguirem alguma coisa devem
151 trabalhar muito bem. Com a palavra, o Prefeito de Santa Fé do Sul/SP, Armando Rossafa
152 Garcia, diz que a situação para as Prefeituras está muito complicada no sentido de se buscar
153 verbas, e diante do baixo número de municípios com projetos contemplados, acredita que este



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

154 deva ser o motivo pela falta de participação dos Tomadores. Comentou também, que sabe
155 que tem o dever de participar mas também tem outros deveres além destes. Com a palavra o
156 representante do Prefeito de Ilha Solteira, que não se identificou, este disse achar injusto a
157 ausência de uns enquanto que outros tem que se afastar de seus dias normais de trabalho,
158 então acredita que alguma atitude deva ser tomada. Em seguida foi colocada a deliberação,
159 pelo Dr. Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, em discussão e em votação foi
160 aprovada pelos membros presentes. Dando seqüência à reunião o Dr. Adaulto Luiz Lopes,
161 Presidente do CBH-SJD, colocou em apreciação a **Deliberação CBH-SJD nº 137 de**
162 **02/12/2013** que fixa prazos para apresentação de documentação visando obtenção de
163 recursos junto ao FEHIDRO, exercício 2014. O Dr. Adaulto Luiz Lopes, explica que a partir de
164 03/12/2014 a 14/02/2014, até às 17 horas é o prazo para protocolo, aqui na sede do DAEE de
165 Jales/SP, tendo-se então mais de dois meses para a elaboração dos projetos. Do dia
166 17/02/2014 à 14/03/2014 é o prazo para que a Câmara Técnica analise esses projetos e dia
167 24/03/2014 é a previsão para a reunião ordinária para se aprovar as deliberações destes
168 projetos. O Dr. Adaulto propõe então, que o prazo para protocolo dos projetos seja antecipado
169 para 31/01/2014, devido ao fato do ano de 2014 ser ano eleitoral, termos carnaval, copa do
170 mundo e que as aulas serão suspensas por 45 dias. Desta forma, se os projetos forem
171 protocolados até 31/01/2014, em fevereiro a Câmara Técnica analisa e se resolve tudo. O Dr.
172 Adaulto Luiz Lopes, Presidente do CBH-SJD, coloca em discussão e em votação a
173 deliberação e não havendo manifestação de nenhum presente a deliberação foi aprovada.
174 Dando seqüência à reunião o engº Eli Carvalho Rosa, Secretário Executivo do CBH - SJD,
175 convidou o Biólogo e Gestor Ambiental da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos,
176 André Luiz Sanchez Navarro , para fazer uma apresentação sobre o Comitê de Bacia. André
177 Luiz Sanchez Navarro, Biólogo e Gestor Ambiental, iniciou sua exposição cumprimentando a
178 mesa diretora , membros presentes e convidados. A exposição se pautou no início de
179 formação dos Comitês, funcionamento do Comitê e suas atribuições. Segundo André Luiz
180 Sanchez Navarro, o comitê é um órgão dentro do sistema de gerenciamento de recursos
181 hídricos e portanto sujeito a cumprir a Política Estadual de Recursos Hídricos. Destacou
182 também a importância de se lembrar quais as competências do colegiado na qual se faz parte.
183 Para resumir as atribuições e funções do Comitê e Política Estadual, verifica-se que o Comitê
184 tem de fato um papel muito importante no planejamento das ações na bacia hidrográfica, e o
185 Plano de Bacia é o instrumento para se agir nela . Desta forma, a deliberação de recursos do
186 FEHIDRO se torna uma arma do Comitê, de melhoria ou não da bacia, ou seja, se ela
187 estiver respeitando as prioridades do Plano ela é uma arma na melhoria das condições dos
188 recursos hídricos da bacia , no fomento e participação social e capacitação técnica. Outra
189 arma que pode ser usada pelo Comitê para obtenção de dados da bacia e seu conseqüente
190 aperfeiçoamento do planejamento são os instrumentos de gestão, como por exemplo, as
191 outorgas, licenciamento ambiental e a implementação da cobrança. Outra arma é a articulação
192 institucional para se cumprir as metas, pois não adianta duas prefeituras, por exemplo,
193 cumprirem as metas e o resto dos municípios não, ou um órgão estadual que pactue a
194 utilização de investimentos numa ação de saneamento e recomposição florestal e isso não
195 ser feito, os pactos devem acontecer. Concluindo, André Luiz Sanchez Navarro, Biólogo e
196 Gestor Ambiental, colocou algumas questões importantes, tais como: ações que estão
197 baseadas em planejamento são mais eficientes e mais eficazes do que ações aleatórias, e o
198 Plano de Bacia é o produto de um processo de planejamento e por isso tende a ser mais
199 eficaz do que ações aleatórias, o foco então, deve ser o cumprimento dessas metas. Outra
200 questão importante é o monitoramento, pois sem o mesmo não há diagnóstico, e sem
201 diagnóstico é difícil ter um plano eficiente. A elaboração do Plano de Bacia, à partir desse
202 ponto de vista, tem que contemplar a maioria dos setores e interessados possíveis na bacia. A
203 gestão de recursos hídricos envolve muitas variáveis porque tem muitas entidades envolvidas
204 e muitos temas técnicos e por isso é um trabalho complexo, o que para tal, não tem soluções



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Protegendo a água. Conservando o solo. Preservando o meio ambiente.

205 simples. O André Luiz Sanchez Navarro, Biólogo e Gestor Ambiental, finalizou sua
206 apresentação se colocando à disposição para os questionamentos. Então, o Dr. Adaulto Luiz
207 Lopes, Presidente do CBH-SJD, o parabenizou e o agradeceu pela apresentação e ratificou
208 que o prazo para protocolo de Projetos é de 03/12/2014 à 31/01/2014, até às 17h00min e o
209 prazo para análise e habilitação, avaliação, pontuação, proposta e efetivações protocoladas,
210 de acordo com os critérios estabelecidos para os projetos pela Câmara Técnica, passa a ser
211 de 03/02/2014 à 28/02/2014 e a Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
212 São José dos Dourados, para aprovação das deliberações, poderá ser até dia 14/03/2014. A
213 ratificação foi colocada em discussão e votação e não havendo nenhuma manifestação a
214 deliberação foi aprovada por unanimidade. Então, o eng^o Eli Carvalho Rosa, Secretário
215 Executivo do CBH - SJD agradeceu a participação e o esforço de todos por estarem
216 presentes, e desejou Boas Festas de Natal e Feliz Ano Novo a todos. O Presidente do CBH-
217 SJD, Dr. Adaulto Luiz Lopes agradeceu a presença de todos encerrando assim a 42^a Reunião
218 Ordinária do CBH-SJD.